

# Sarney pede "esforço adicional"

O projeto de lei do Orçamento Geral da União do próximo ano, enviado ontem pelo presidente José Sarney ao Congresso Nacional, prevê despesas e receitas equilibradas em Cz\$ 10,42 trilhões, em valores de junho último. Mas, para viabilizar a meta de redução do déficit público operacional de 2 por cento do Produto Interno Bruto em 1989, na mensagem encaminhada ao Congresso, Sarney alertou que "é indispensável que se promova um esforço fiscal adicional não inferior a 1,25 por cento do PIB". Os ajustes adicionais considerados necessários por Sarney serão superiores aos cortes obtidos com muita dificuldade pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República na montagem da proposta orçamentária — Cz\$ 624,75 bilhões ou 1,02 por cento do PIB.

A União terá, no próximo ano, receita global de Cz\$ 5,99 trilhões, na previsão da Sepplan, já considerado crescimento real de 1,2 por cento em relação à última reestimativa da arrecadação deste ano. Mesmo com o desempenho favorável da receita para cobrir as despesas programadas, o Tesouro precisará, em 1989, promover a colocação líquida de títulos de Cz\$ 3,82 trilhões, em valores de junho último, e ainda elevar a sua dívida externa em Cz\$ 230,43 bilhões.

A decisão da Constituinte de manter o tabelamento dos juros reais em 12 por cento ao ano dificultará a colocação de títulos de dívida pública, o que acentua a necessidade de cortes adicionais de despesas da União. O secretário de orçamento e finanças da Sepplan, José Ribas Neto, reconheceu que não ficou satisfeito com os cortes alcançados na "Operação Desmonte" de Cz\$ 624,75 bilhões, porém, considerou uma vitória o encaminhamento da proposta orçamentária ao Congresso com a previsão de déficit operacional de todo o setor público de 2,75 por

cento do PIB, contra o nível de 5,1 por cento.

Para eliminar a "gordura" do déficit público, o próprio Sarney disse que é quase impossível mais corte nas despesas. Lembrou que o projeto de lei do orçamento já leva em conta a introdução do limite dos gastos com pessoal equivalente a 65 por cento da receita líquida da União. Se não pode reduzir os gastos projetados de Cz\$ 2,47 trilhões com pessoal, a rigidez é maior ainda quanto aos encargos da dívida pública, estimados em Cz\$ 2,31 trilhões para 1989.

Sem nova redução dos gastos, restará ao Ministério da Fazenda encontrar alternativas para aumentar a receita e cumprir a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de déficit público operacional de 2 por cento do PIB no próximo ano. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, afirmou que o aumento de receita não significará, "necessariamente", elevação de impostos.

A primeira alternativa será a

redução das perdas de receita. O sistema fiscalizador da Secretaria da Receita Federal agirá com rigor para reduzir a sonegação, enquanto o Ministério da Fazenda vai rever toda a massa de isenções, incentivos, abatimentos e restituições que afeta a receita tributária líquida. Na mensagem ao Congresso, Sarney destacou que, ainda no próximo ano, a renúncia de receita está estimada, somente entre os principais tributos federais, em Cz\$ 1,24 trilhão, correspondente a 20,7 por cento da receita prevista.

Outro ganho virá com o aperfeiçoamento do sistema de bases correntes para a cobrança dos impostos. O Ministério da Fazenda também vai examinar a possibilidade de corte gradual dos subsídios que ainda restam na economia brasileira. Mas, se não houver saída, o ministro do Planejamento admitiu que, como hipótese extrema, o Governo Federal poderá apelar para a combinação de aumento dos impostos com demissões no setor público. Segundo Abreu, só é "irremovível" a meta de reduzir o déficit público operacional de 1989 para 2 por cento do PIB.

## A REDUÇÃO DO DÉFICIT

Em % do PIB  
1985 - 1989

Discriminação	1985	1986	1987	1988(1)	1989		
					Potencial	Proposta Sumar. da ao Congresso	Meta
TOTAL	4,3	3,5	5,5	4,0	...	...	2,0
Governo Central	1,8	2,0	3,4	3,3	5,1*	2,2*	1,0/1,5
Gov. Estaduais e Municipais	0,9	0,9	1,5	0,6	...	...	1,0/0,5
Empresas Estatais	2,3	1,3	1,1	-0,4	...	...	
Agenc. Descentralizadas	-0,2		-0,1	0,1	...	...	
Previdência Social	-0,2	-0,2	0,2	0,4	...	...	
Fundos e Programas	-0,4	-0,5	-0,6	0,0	...	...	

Fonte: BACEN

(1) Programado

(\*) Exclui: transferência de capital à SEST, 0,5% do PIB em 1989.